



GAERFIS EM NÚMEROS

RELATÓRIO



2023



O GAERFIS é um grupo vinculado à Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE/SP, de caráter permanente, com atuação no combate à sonegação fiscal e na recuperação especializada do crédito tributário.

Missão: assegurar recursos à sociedade paulista.

Objetivo: promover uma cobrança efetiva do crédito tributário, mediante a utilização dos instrumentos processuais previstos no ordenamento jurídico, com a observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da lei, de modo a combater fraudes fiscais estruturadas e práticas de não recolhimento preordenado de tributos, prestigiando, em última análise, os primados da função social e da preservação da empresa.

Gaerfis

Alguns números de 2023



**Desconsideração da
Personalidade Jurídica**

R\$ 1.637.116.346,39

Ação Cautelar Fiscal

R\$ 220.827.702,51

**Habilitação de Crédito
em Falência**

R\$ 1.111.567.673,08

**Valores Bloqueados
(Sisbajud)**

R\$ 105.887.647,01

**Imóveis Bloqueados
(Cnib)**

R\$ 340.300.000,00

**Veículos Bloqueados
(Renajud)**

R\$ 28.055.751,00

**Aeronave Bloqueada
(Anac)**

R\$ 25.000.000,00

Gaerfis

Critérios Norteadores



- **Relevância da lesividade ao erário**
- **Impacto do ilícito fiscal para a isonomia concorrencial**
- **Grau de recuperabilidade do crédito tributário**
- **Comportamento do devedor em relação à inadimplência**
- **Indícios de cometimento de fraude fiscal estruturada**
- **Inadimplência contumaz de tributos**
- **Emprego de ardil na burla à cobrança do crédito tributário**

Análise societária e patrimonial



A análise societária e patrimonial consiste em uma atividade fundamental desenvolvida pela equipe para fins de comprovação de atos de interposição fraudulenta de pessoas, identificação de terceiros responsáveis tributária e/ou patrimonialmente pelos inadimplemento e fraude fiscal perpetrados, bem como localização de bens e direitos passíveis de indisponibilidade judicial para garantia das dívidas, com a deflagração estratégica de Cautelares Fiscais e Incidentes de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Corresponsabilidades admitidas em juízo

52

Pessoas Jurídicas

35

Pessoas Naturais



Indisponibilidades de bens e direitos - Destaques



Proibição de circulação de carros de luxo penhorados

Provimento a um recurso fazendário para impedir a circulação de veículos esportivos de alto luxo, inicialmente indisponibilizados em cautelar fiscal, já convertidos em penhora para garantia do débito exequendo. Importante tese no âmbito da cobrança fiscal, com efeitos diretos nos resultados relacionados à recuperação do crédito tributário e à conformidade fiscal.

Valor da dívida: R\$ 110 milhões

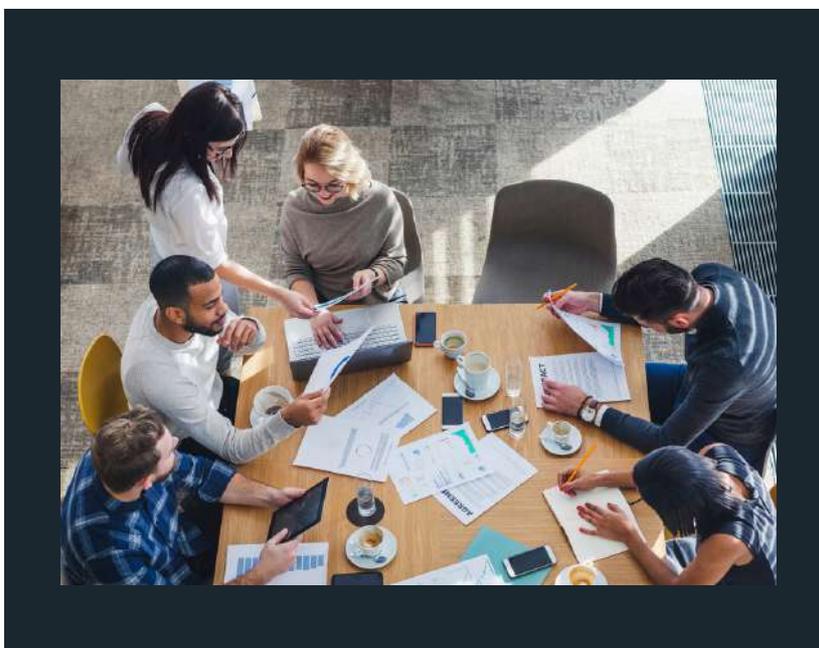
Restrição de voo de aeronave indisponibilizada

Deferimento de tutela de urgência para indisponibilização, dentre outros bens, de aeronave avaliada em R\$ 25 milhões, com determinação de restrição de voos visando assegurar a integridade do bem.

Valor da dívida: R\$ 221 milhões

- 281 imóveis
- 273 marcas
- 262 veículos
- 09 embarcações
- 01 aeronave





Exemplos da atuação da equipe ao longo do ano

Sustentações Orais	09
Preferências Simples	46
Memoriais	82
Despachos	137
Reuniões	216
Ofícios Expedidos	832



01. Recuperação Judicial

Atuação qualificada em processo de Recuperação Judicial de grupo econômico, com obtenção de decisões favoráveis em 1º e 2º graus de jurisdição no sentido da exigibilidade da certidão negativa de débitos tributários - ou positiva com efeito de negativa - como condição à homologação de plano de recuperação judicial aprovado.

02. Regime Especial

Defesa bem sucedida de regime especial de recolhimento de ICMS imposto pela Secretaria da Fazenda em face de empresa em recuperação judicial. Posterior convalidação da recuperação judicial em falência baseada, entre outros fatos, nas fraudes tributárias expostas ao juízo universal. Crédito público habilitado.

03. Penhora de Recebíveis

Decisões judiciais admitindo a penhora de recebíveis (créditos futuros) em execuções fiscais, mediante distinção entre tal via constritiva e a penhora de faturamento, afastando-se a aplicação do Tema 769 do STJ. Atuação realizada em parceria com a Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília.



04. Fraude à Execução

Reconhecimento judicial de fraude à execução fiscal com declaração da ineficácia de cessões de recebíveis realizadas por executada a fundo de investimento em direitos creditórios e deferimento de atos constritivos em face do terceiro cessionário.

05. Falência

Reconhecimento judicial do recurso fraudulento de devedora contumaz à recuperação judicial, com convalidação do feito em falência. Em curso, incidente de habilitação de créditos com parecer favorável pela restituição imediata de volume substancial de créditos de ICMS (tese da extraconcursalidade).

Operações realizadas

A PGE/SP, por meio do GAERFIS e com apoio de sua Assessoria da Polícia Militar, participou de duas operações interinstitucionais com MP, SEFAZ, PGFN e RFB.



01

Thunder

A operação envolveu empresa do setor de bebidas com atuação em vários Estados. Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão em endereços de empresas e pessoas físicas nas cidades de São Paulo, Rio Claro, Piracicaba, Vinhedo, Itu, Itapetininga, Sorocaba, Guarulhos, Araguaína (TO), Palmas (TO) e Curitiba (PR).

02

Vênus

Atuação no âmbito do CIRA/SP, a operação desarticulou fraude fiscal praticada por grupo econômico atuante no comércio de vestuário, explorador de renomadas marcas de sua titularidade por meio de mais de 200 lojas próprias espalhadas por todo o território nacional.

Os resultados de atividades conjuntas são plúrimos, envolvendo desde a obtenção da conformidade tributária do grupo envolvido na fraude até o efeito dissuasivo do comportamento no segmento econômico, possivelmente contaminado com práticas semelhantes de outros agentes.

A PGE/SP, por meio do GAERFIS, integra o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/SP) desde a sua criação, em agosto de 2020.



Conformidade Tributária

No ano de 2023, após a adoção de medidas judiciais estratégicas, foram conquistados importantes resultados de conformação fiscal, mediante a esperada adesão de contribuintes paulistas à transação e ao parcelamento tributários, além da retomada do regular recolhimento do tributo corrente.

Resultado de casos sob responsabilidade do GAERFIS:

Transações Deferidas

R\$ 380.175.668,95

Parcelamentos Aderidos

R\$ 104.493.033,59

No período, ingressou nos cofres públicos a quantia de **R\$ 124.547.908,98**, oriunda de transações e de parcelamentos formalizados em 2023 e em anos anteriores, todos sob acompanhamento da equipe.



GAERFIS

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL
PARA RECUPERAÇÃO FISCAL

